

COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DO PARANÁ: UM ESTUDO DOS COEFICIENTES DE ABERTURA COMERCIAL ENTRE 2002 E 2011

Nelson Guilherme Machado Pinto

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
nelguimachado@hotmail.com

Pascoal José Marion Filho

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
pascoaljmarion@yahoo.com.br

Área Temática: 5 - Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Resumo: A competitividade possui relação com o desempenho de mercado e à eficiência do processo produtivo de uma firma ou indústria. Assim, a competitividade representa a capacidade de uma empresa, indústria ou país em dominar determinada parcela do mercado. Na realidade brasileira, as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas afetaram o desempenho competitivo da indústria e a pauta das importações e exportações. Posto isso, o objetivo do trabalho consistiu em analisar a competitividade da indústria paranaense pelo comportamento dos fluxos comerciais de exportação e importação do setor industrial do estado a fim de levantar evidências sobre a competitividade da indústria e as evidências de desindustrialização no estado, no período de 2002 a 2011. Além disso, as análises foram estendidas ao cenário brasileiro para traçar um comparativo com o caso paranaense. Os procedimentos metodológicos foram realizados por meio de indicadores de orientação externa, ou seja, Coeficiente de Penetração das Importações (CPM) e Coeficiente das Exportações (CX) para a indústria extrativa e de transformação bem como para a economia como um todo do Paraná. Os resultados demonstram um crescimento da competitividade das economias e setores analisados, revelando maior competitividade por meio de uma ampliação da oferta de produtos, fato que refuta a hipótese de que a economia paranaense esteja passando por um processo de desindustrialização. Contudo, há de se destacar algumas oscilações nos comportamentos dos setores como as instabilidades ligadas à estagnação econômica em períodos iniciais da análise e principalmente ao período de crise econômica de 2008, no qual a competitividade de alguns setores ainda não alcançou o patamar que possuíam ao período anterior à crise.

Palavras-chave: Competitividade; Desindustrialização; Indústria Paranaense.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento da estrutura e da dinâmica dos mercados de uma determinada indústria ou setor mostra-se como fator balizador para uma série de aspectos decisórios. Tais aspectos influenciam e impactam questões da indústria em geral e das firmas componentes de um setor. Além disso, o ambiente externo, por meio dos setores governamentais e do mercado consumidor, são agentes e também são influenciados por aspectos da economia industrial.

Diante desse contexto, as firmas procuram atender a uma vantagem competitiva por meio da diferenciação de suas estratégias frente a seus concorrentes. Com esse procedimento, as empresas procuram prover as necessidades do mercado tomando estratégias mais eficientes e, portanto, mais competitivas. Isso significa atender a critérios de qualidade, velocidade, credibilidade, flexibilidade e custo a fim de tornar-se competitivo em um mercado específico (SLACK, 1993).

A competitividade é, pois, relacionada ao desempenho de mercado e à eficiência do processo produtivo de uma firma ou indústria. Isso porque a competitividade representa a capacidade de uma empresa, indústria ou país em dominar determinada parcela do mercado. Dessa forma, esse fenômeno está ligado diretamente às características das firmas e dos produtos (COUTINHO; FERRAZ, 1995). Ademais, o grau de competitividade de uma economia ou indústria pode estar ligado a conceitos diferentes, que vão desde aspectos macroeconômicos, de fluxos de comércio internacional até as relações de insumo-produto (PINHEIRO; MOREIRA; HORTA, 1992; HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996; SEREIA; NOGUEIRA; CAMARA, 2002).

No cenário brasileiro, as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas afetaram o desempenho competitivo da indústria e a pauta das importações e exportações (FERRAZ, HAGUENAUER; KUPFER, 1995). Isto pode ser corroborado pelo baixo dinamismo da economia brasileira, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual mostra que a economia apresentou crescimento de apenas 0,9% para o ano de 2011 (IBGE, 2012). Recentemente, são apontadas evidências de um processo de desindustrialização da economia. A hipótese levantada deve-se principalmente à perda de participação do setor industrial brasileiro na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país (CANO, 2012; BRESSER-PEREIRA, 2013). Esse processo pode ser também entendido quando há uma redução da participação do emprego industrial em relação ao emprego total de certa localidade (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999).

A partir da importância do tema dentro das políticas do setor industrial, alguns trabalhos propuseram-se a discutir teoricamente e verificar empiricamente os efeitos do processo de desindustrialização dentro da economia brasileira (BRESSER-PEREIRA, 2008; NASSIF, 2008; OREIRO; FEIJÓ, 2010; SONAGLIO *et al.*, 2010; CORONEL, *et al.*, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2013). No entanto, a maioria dos trabalhos discute o processo de desindustrialização considerando a economia brasileira como um todo, sem levar em conta as peculiaridades, bem como as evidências desse processo em regiões ou estados brasileiros específicos. Ademais, com relação à competitividade, há evidências de uma falta de consenso

quanto a uma definição de conceito e de metodologias que avaliem esse fenômeno (FERRAZ; HAGUERNAUER; KUPFER, 1995).

Uma indústria de destaque tanto no aspecto econômico como no competitivo é a do estado do Paraná, uma das unidades federativas com maior participação da indústria no PIB. Conforme dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a indústria paranaense representou 30% do PIB do estado em 2011. Ademais, segundo o mesmo órgão, o Paraná, é o quarto maior estado do país em relação ao nível de industrialização (IPARDES, 2013).

Seguindo esta temática, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar a competitividade da indústria paranaense pelo comportamento dos fluxos comerciais de exportação e importação do setor industrial do estado a fim de levantar evidências sobre a competitividade da indústria da região e as evidências de desindustrialização no estado, no período de 2002 a 2011. Além disso, as análises foram estendidas ao cenário brasileiro para traçar-se um comparativo com o caso paranaense. Os procedimentos metodológicos foram realizados por meio de indicadores de orientação externa para a indústria extrativa e de transformação bem como para a economia como um todo do Paraná, conforme metodologia de Fonseca, Carvalho Jr. e Pourchet (2000). Tais indicadores auxiliam na compreensão da dinâmica de determinado setor ao longo do tempo e, com relação à área de estudo, diferencia-se das análises gráficas limitadas apenas à participação da produção e de mão de obra (CRUZ; NAKABASHI, 2006; SCATOLIN *et al.*, 2007; WASQUES, 2012).

O presente estudo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico. Na terceira, apresentam-se os procedimentos metodológicos aplicados e, na seção seguinte, os resultados são discutidos e analisados. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Competitividade na indústria e seus enfoques

A concorrência em uma indústria não está relacionada a aspectos do acaso, mas sim a questões estruturais econômicas que vão bem além do comportamento das firmas concorrentes em uma indústria. Isso porque a intensidade de concorrência de uma indústria

não está limitada apenas aos seus participantes. A competição em uma indústria é dependente de algumas forças, isto é, entrada, ameaça de substituição, poder de negociação dos compradores, poder de negociação dos fornecedores e rivalidade entre atuais concorrentes (PORTER, 1986).

A competitividade é um fenômeno relacionado às características da firma e/ou do produto que possui um enfoque no desempenho e eficiência de mercado, além de todo o seu processo produtivo (COUTINHO; FERRAZ, 1995). Esse fenômeno é definido como capacidade de uma empresa ou indústria de formular e implementar estratégias concorrenciais. Essa medida objetiva ampliar e conservar uma posição sustentável no mercado no longo prazo (FERRAZ, HAGUENAUER; KUPFER, 1995).

Além disso, conforme afirmam Ferraz, Haguenauer e Kupfer (1995), esse fenômeno é determinado por meio da escolha das técnicas utilizadas pelo agente de mercado e é influenciado por aspectos estruturais (mercado onde atua), sistêmicos (ambiente concorrencial) e internos (características e ações próprias). Assim, considerando as restrições pelas quais será submetido, o agente definirá estratégias referentes ao seu grau de competitividade (SEREIA; NOGUEIRA; CAMARA, 2002).

O fenômeno da competitividade pode ser quantificado em diferentes graus. A mensuração desta pode possuir o enfoque em um desses três conceitos: macro, de desempenho e de eficiência (PINHEIRO; MOREIRA; HORTA, 1992; HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996; SEREIA; NOGUEIRA; CAMARA, 2002). Os conceitos macro consideram a competitividade por meio de uma ótica relacionada a decisões políticas, tais como taxa de câmbio e incentivos à exportação. Para Sereia, Nogueira e Camara (2002), esse enfoque considera os indicadores tradicionais macroeconômicos como, por exemplo, a taxa de câmbio e atribuem grande importância à desvalorização cambial para o alcance da competitividade.

Ademais, o enfoque no desempenho relaciona-se com as vantagens comparativas obtidas por meio dos fluxos do comércio internacional. Dessa forma, a competitividade expressa por meio da participação de mercado determina que são competitivas as empresas, indústrias ou países que ampliem a oferta de determinado produto em um momento específico de tempo (HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996). Na maioria dos casos, o enfoque se dá por meio das importações e exportações de determinadas regiões.

Já a competitividade baseada na eficiência é evidenciada pela capacidade da firma converter insumos em produtos que maximizem o rendimento, ou seja, por meio da relação insumo-produto. Conforme afirmam Sereia, Nogueira e Camara (2002), esse enfoque

relaciona-se às vantagens competitivas dependentes do uso produtivo de insumos, requerendo, dessa maneira, constantes inovações.

Diante desse contexto, o crescimento econômico, conforme Oreiro e Feijó (2010), leva as economias a se desindustrializarem na medida em que alcançam determinado nível de renda *per capita*. A justificativa dos autores embasa-se na premissa de que, nesse processo de crescimento, a elasticidade-renda da demanda de serviços cresce em uma proporção maior que a elasticidade-renda dos produtos industriais.

Nos países desenvolvidos, a desindustrialização motiva-se na medida em que os países atingem um nível de renda *per capita* elevado e possuem concorrência de países ofertantes de mão de obra mais barata que em sua localidade. Portanto, ocorre nesses países a transferência de mão de obra para produtos industriais de alta tecnologia, gerando níveis de renda e valor adicionado *per capita* mais elevado, e outras localidades, fora do país, por apresentarem menores custos, passam a produzir manufaturas de baixa tecnologia. Assim, são elevados os salários médios dentro do país, e o processo ocorrido dessa forma não é prejudicial. Contudo, no caso brasileiro, que é caracterizado por possuir baixos níveis de renda *per capita*, tal processo de transformação de estrutura ocorre de forma prematura (BRESSER-PEREIRA, 2012).

2.2 Desindustrialização: conceitos e discussões

Apesar de não ser um consenso dentro da academia e dos setores políticos, há autores como Cano (2012) e Bresser-Pereira (2013) que entendem que a economia brasileira esteja passando por um processo de desindustrialização. Segundo esses autores, a desindustrialização ocorreu de forma prematura e acelerada dentro do cenário nacional devido às reformas liberalizantes, à política de estabilização, à taxa de juros elevada, à sobrevalorização e à abertura desordenada da economia ocorrida na década de 1990.

A desindustrialização é definida pela literatura como a queda acentuada nos níveis de produção e/ou emprego formal da indústria com relação à produção e ao emprego totais, respectivamente. Ademais, esse processo provoca a deterioração do comércio internacional da indústria de transformação. Na maioria dos casos, a desindustrialização está associada a uma consolidação econômica pautada na redução de custos e no valor da produção da indústria a partir da maior produtividade do setor em comparação ao restante da economia

(ROWTHORM; RAMASWAMY, 1999; OREIRO; FEIJÓ, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2013).

Em países com baixa renda *per capita*, segundo Nassif (2008), a proporção de participação dos setores primários como produto é elevada. Entretanto, conforme o mesmo autor, na medida em que a renda *per capita* de certa região vai aumentando, ocorre a transferência de recursos para o setor industrial. Quando ocorrer o alcance de níveis elevados de renda *per capita*, uma nova mudança com relação a emprego e valor adicionado haverá para o setor de serviços. Dessa maneira, o processo de desindustrialização ocorre de forma conjunta ao desenvolvimento de uma região, isto é, de maneira natural (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Tal processo manifesta-se devido a uma diversidade de fatores, os quais podem ser classificados em internos e externos. O primeiro deles engloba as mudanças na relação entre elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados e serviços, além do fato de o crescimento da produtividade industrial ocorrer de maneira mais acelerada quando comparado ao setor de serviços. Com relação aos fatores externos, destaca-se a produtividade das economias e a integração comercial (ROWTHORM; RAMASWAMY, 1999).

No debate acadêmico, os defensores sobre a hipótese da desindustrialização apontam que esse processo ocorre devido a questões como aumento das exportações de produtos primários, apreciação da taxa de câmbio e redução nas participações da indústria no produto e no emprego total (MARCONI; BARBI, 2010). Contudo, existem argumentos discordantes que tal processo esteja ocorrendo de fato no Brasil, justificando que a perda de competitividade do setor de manufaturados não está ligada ao processo de desindustrialização, mas sim a desafios e dificuldades da economia brasileira, tais como altos custos de transação, infraestrutura e logística inadequada, baixa taxa de investimento público e alta carga tributária (BONELLI; PESSOA, 2010). Além disso, uma das dificuldades metodológicas no debate sobre desindustrialização no Brasil é a indisponibilidade de séries estatísticas de longo prazo que possibilitem uma avaliação da dinâmica industrial brasileira (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

2.3 Evidências empíricas na indústria paranaense

A produção da indústria do estado do Paraná atingiu o valor de R\$ 67,4 bilhões no ano de 2011. Na estrutura da indústria predominam os segmentos de veículos automotores,

alimentos e refino de petróleo, os quais responderam por aproximadamente 58% do valor da transformação industrial do estado para o mesmo ano (IPARDES, 2013).

Uma das principais características do crescimento industrial paranaense é a intensidade do fator trabalho, que, se comparada ao padrão brasileiro, contribui para uma apropriação mais igualitária dos ganhos com ampliação do produto industrial. Além disso, quando considerados os segmentos de maior geração de empregos no Paraná, o que se verifica é um processo de descontração espacial de novos postos de trabalho, não somente para áreas de maior adensamento industrial como também para territórios não polarizados por grandes centros metropolitanos e industriais (SUZUKI JÚNIOR, 2010).

A competitividade e desindustrialização no caso paranaense promovem algumas discussões dentro da literatura acadêmica. Dentre essas se destacam os trabalhos de Cruz e Nakabashi (2006), Scatolin *et al.* (2007) e Wasques (2012).

O trabalho de Cruz e Nakabashi (2006) verifica, por meio de análises gráficas, o processo de desindustrialização no Paraná com o foco na indústria de transformação, devido a esse tipo de indústria, por definição da literatura, passar por um processo de deterioração quando ocorreu a desindustrialização no período de 1985 a 2004. Os resultados demonstram uma queda de participação no início da década de 1990, sendo acompanhado por um aumento de participação no final da mesma década, devido ao processo de expansão da indústria de transformação, que, na visão dos autores, continua captando mão de obra do setor agrícola. Portanto, os resultados não corroboram com a premissa de que há um processo de desindustrialização na indústria de transformação paranaense.

O estudo de Scatolin *et al.* (2007) procura promover uma comparação a partir de análise gráficas das evidências de desindustrialização do caso brasileiro com o estado paranaense no período de 1985 a 2004, procurando as causas e efeitos desse processo no longo prazo. Os autores constataram que há uma dinâmica diferente entre o Brasil e Paraná, refletindo a mudança produtiva ocorrida nesse estado ao longo da década de 1990. Tal conclusão é embasada na recuperação do valor da produção e no número de empregos formais do setor industrial no período analisado.

Por fim, o trabalho de Wasques (2012) verifica, por meio de análises gráficas, se há um processo de desindustrialização no Paraná em um período mais recente, isto é, de 1990 a 2010. Os resultados indicaram que não está ocorrendo um processo de desindustrialização para a economia paranaense dentro do período estudado. Isso porque não houve redução do valor da indústria e de pessoal ocupado na indústria paranaense.

3 METODOLOGIA

Com a finalidade de abordar outros aspectos da indústria paranaense, diferente das análises gráficas e descritivas de estudos anteriores (CRUZ; NAKABASHI, 2006; SCATOLIN *et al.*, 2007; WASQUES, 2012), o presente trabalho utiliza coeficientes de abertura comercial a fim de verificar a competitividade das importações e exportações industriais do estado do Paraná, no período de 2002 a 2010. Assim, o estudo possui caráter descritivo, pois serão realizadas observações e análises com o objetivo de registrar e correlacionar fenômenos sem manipulá-los (RAMPAZZO, 2002).

A fim de avaliar o comportamento das importações, foi estimado o Coeficiente de Penetração das Importações (CPM). Este considera a parcela de oferta interna atendida pelas importações e corresponde à razão entre importações e consumo aparente. Com relação às exportações, foi estimado o Coeficiente das Exportações (CX), o qual é determinado pela relação total das exportações e o valor total da produção. Esses dois índices, segundo Fonseca, Carvalho Jr. e Pourchet (2000), são definidos como:

$$CPM_t^i = \frac{M_t^i}{CA_t^i} = \frac{M_t^i}{VP_t^i + M_t^i - X_t^i} \quad (1)$$

$$CX_t^i = \frac{X_t^i}{VP_t^i} \quad (2)$$

Em que:

M_t^i são as importações do setor i no período t ;

X_t^i são as exportações do setor i no período t ;

CA_t^i é o consumo aparente do setor i no período t ;

VP_t^i é o valor da produção do setor i no período t .

A interpretação do CPM é de que, quanto maior for seu resultado, maior é a parcela de mercado interno atendido por produtos estrangeiros e maior é o seu grau de competitividade. Dessa forma, maior a concorrência enfrentada pelas firmas domésticas por produtores externos e, conseqüentemente, o setor industrial está sujeito a choques externos em uma maior probabilidade. Com relação ao CX, quanto maior seu resultado, maior é a dependência do

setor ao mercado externo. Assim, quanto mais dependente for um setor do mercado externo, maior é a sua vulnerabilidade a choques externos (FONSECA; CARVALHO JR.; POURCHET, 2000).

Conforme descrito no referencial teórico, o grau de competitividade pode ser retratado por meio de três enfoques (PINHEIRO; MOREIRA; HORTA, 1992; HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996; SEREIA; NOGUEIRA; CAMARA, 2002). No presente estudo, o enfoque da competitividade foi relacionado ao conceito de desempenho. Isso porque a mensuração desse fenômeno está embasada nos fluxos comerciais (exportação e importação) da indústria do Paraná (HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996).

Os indicadores foram calculados de duas formas para o setor paranaense no período de 2002 a 2010. Primeiramente, os coeficientes foram calculados para a economia paranaense como um todo e, posteriormente, foi realizada uma divisão de acordo com as atividades econômicas da indústria, ou seja, extrativas ou de transformação, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, 2013). Essa desagregação possuiu como objetivo verificar qual setor da indústria captou em uma maior proporção as mudanças no cenário econômico interno e externo. Além disso, verificou-se o mercado e os setores industriais para o cenário brasileiro a fim de que fosse realizado um paralelo junto ao mercado paranaense.

Os dados da produção industrial do Paraná foram coletados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2013), e os dados referentes ao Brasil possuíram como fonte a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa) realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE). O IPARDES e o IBGE disponibilizam os dados por Valor Adicionado Bruto a preços básicos por setores de atividade e, portanto, teve o efeito inflacionário corrigido por um deflator a partir da utilização do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, com período base em novembro de 2013. Referente aos valores das exportações e importações, os mesmos foram obtidos em dólares no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio da plataforma ALICEWeb. Os valores foram convertidos para real, por meio da consideração da taxa de câmbio anual de cada período estudado, com o objetivo de tornar esses dados comparáveis com os valores referentes à produção industrial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os coeficientes de abertura comercial foram divididos em duas etapas. Em um primeiro momento, analisam-se os dados gerais da economia paranaense e brasileira. Posteriormente, é feita uma desagregação com relação à indústria extrativa e de transformação do estado do Paraná com o comparativo para o Brasil. Em ambas as etapas, as relações estudadas foram mensuradas por meio do Coeficiente de Penetração das Importações (CPM) e do Coeficiente de Exportações (CX). Os resultados desses coeficientes para cada um dos casos pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Coeficiente de Penetração das Importações (CPM) e Coeficiente de Exportações (CX) para a economia, a indústria extrativa e a indústria de transformação do Paraná e do Brasil no período de 2002 a 2011

	Economia Brasil		Economia Paraná		Indústria Extrativa Brasil		Indústria Extrativa Paraná		Indústria de Transformação Brasil		Indústria de Transformação Paraná	
Ano	CPM (%)	CX (%)	CPM (%)	CX (%)	CPM (%)	CX (%)	CPM (%)	CX (%)	CPM (%)	CX (%)	CPM (%)	CX (%)
2002	1,61	2,04	1,94	3,23	10,14	9,28	17,78	6,41	0,09	1,06	0,31	7,52
2003	1,44	2,15	1,65	3,27	9,29	9,16	17,16	1,38	0,08	0,96	0,26	6,63
2004	1,65	2,49	1,72	3,84	10,66	9,43	15,09	1,52	0,06	0,99	0,29	6,57
2005	3,31	2,76	1,87	3,96	11,06	11,52	17,44	3,58	0,07	1,12	0,40	6,70
2006	4,52	2,91	2,25	3,67	13,82	14,46	22,07	9,50	0,08	1,33	0,42	7,71
2007	2,30	3,02	2,85	3,82	15,32	15,73	23,61	15,90	0,09	1,29	0,49	8,36
2008	8,95	3,26	4,08	4,25	17,70	17,83	24,00	13,87	0,10	1,35	0,66	10,87
2009	1,99	4,72	5,50	9,54	12,54	14,72	22,22	9,95	0,11	1,55	0,49	8,37
2010	2,42	5,36	7,80	12,62	12,05	14,97	22,86	8,00	0,12	1,56	0,71	9,13
2011	2,75	6,18	11,15	16,33	13,16	16,05	23,65	16,51	0,16	1,65	0,84	10,53

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pela Tabela 1, observa-se que o Coeficiente de Penetração das Importações para a economia paranaense manteve-se em níveis baixos nos primeiros anos de análise, apresentando uma elevação mais acentuada a partir do ano de 2008. O CPM da economia brasileira oscilou no decorrer do período estudado, com picos nos anos de 2005, 2006 e 2008, havendo retração do índice de importações após esse período. Tais resultados podem ser visualizados na Figura 1.

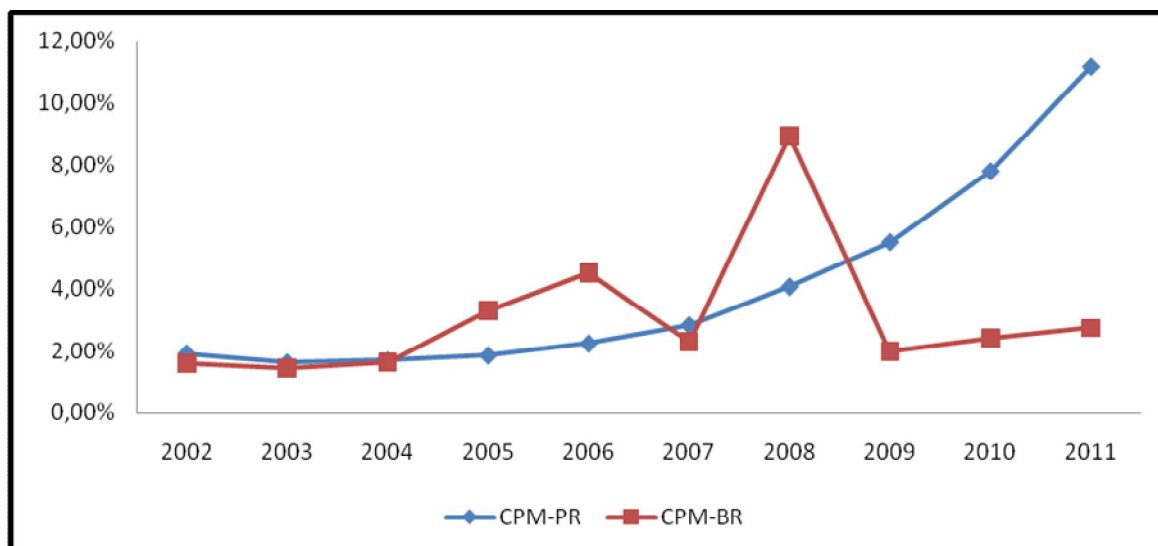


Figura 1 – Coeficiente de Penetração das Importações na economia do Paraná e Brasil, de 2002 a 2011

Fonte: Elaborado pelos autores.

O não crescimento no CPM nos primeiros anos de análise, tanto para a economia paranaense quanto para a brasileira, reflete o processo de depreciação cambial brasileira nesse período inicial, indicando que, para ambos os mercados, o câmbio depreciado tornou os produtos importados mais caros, consequentemente estagnando as importações brasileiras e paranaenses (BRESSER-PEREIRA, 2003). Com relação à economia do Brasil, a apreciação cambial ocorrida após esse período inicial contribuiu para um aumento de importações com picos nos anos de 2005, 2006 e 2008.

Entretanto, para o período após o ano 2008, devido à crise mundial, o CPM sofreu decréscimos e voltou a uma fase de estagnação, representando uma diminuição da concorrência das empresas internas ao Brasil, pois houve diminuição das atividades de produtores externos. De maneira contrária, a economia paranaense teve seu crescimento mais acentuado a partir do período de crise mundial, representando que a economia do estado sofreu de uma forma mais acentuada os impactos da crise econômica em relação à economia nacional.

Analisando, posteriormente, o Coeficiente de Penetração de Importações para os dois setores industriais objetos de estudo, pelas Figuras 2 e 3, verificam-se algumas diferenciações com relação às economias gerais brasileiras e paranaenses.

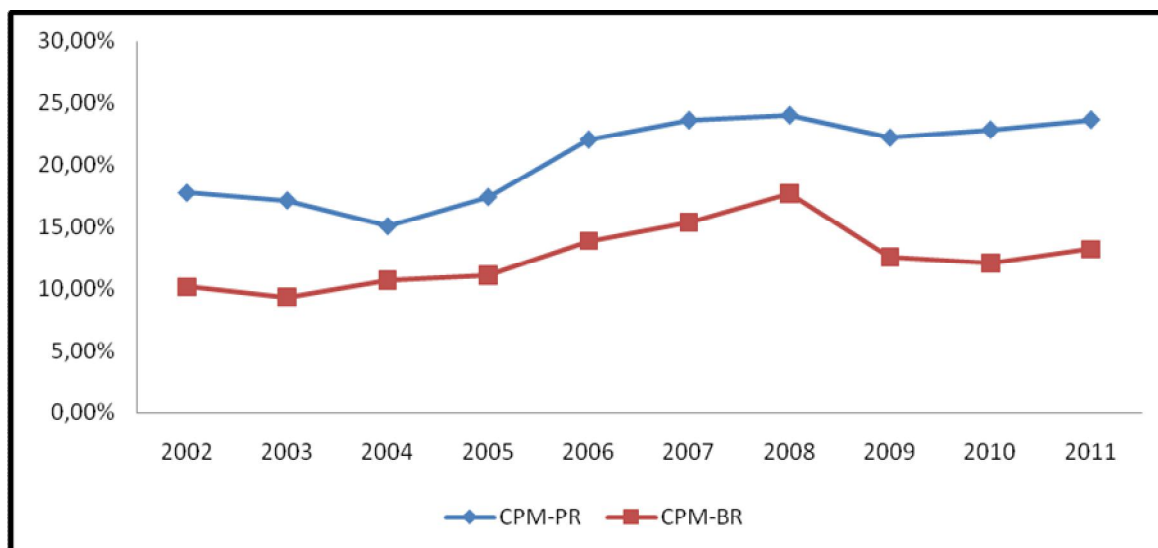


Figura 2 – Coeficiente de Penetração das Importações na indústria extrativa do Paraná e Brasil, de 2002 a 2011

Fonte: Elaborado pelos autores.

Referente à indústria extrativa, os CPM do mercado paranaense e brasileiro foram maiores do que os valores para as duas economias dessas duas localidades. Isso demonstra que esse setor de indústria para as localidades estudadas possui uma maior parcela de produtos atendidos por firmas externas. O valor do CPM indica uma maior competitividade do setor, pois há maior concorrência do mercado externo, além de explicitar que a indústria extrativa está sujeita, em maior probabilidade, que os outros dois setores estudados, a choques externos (FONSECA; CARVALHO JR.; POURCHET, 2000). Ademais, o valor do índice apenas evidencia o recuo das participações de determinados tipos de indústrias, como a de transformação, por exemplo, com recuo nas taxas de crescimento, tendo na recorrência ao mercado externo uma de suas alternativas (SUZUKI JÚNIOR, 2010).

Tais resultados refletem a característica econômica brasileira, em geral de exportador de produtos do agronegócio e de importador de produtos industriais. O comportamento do CPM na indústria extrativa de crescimento foi de crescimento no decorrer dos anos estudados, até o período de crise, no qual, a partir desse choque externo, houve diminuição das importações. Da mesma forma, o mercado paranaense apresentou comportamento distinto do brasileiro. Contudo, o crescimento ocorreu até 2008, e, após o período de crise, as importações dessa indústria mostram-se estagnadas.

Ainda relacionado ao Coeficiente de Penetração de Importações, nota-se que, para a indústria de transformação, os resultados demonstram baixa concorrência de produtores externos, devido ao baixo valor do índice, conforme Figura 3.

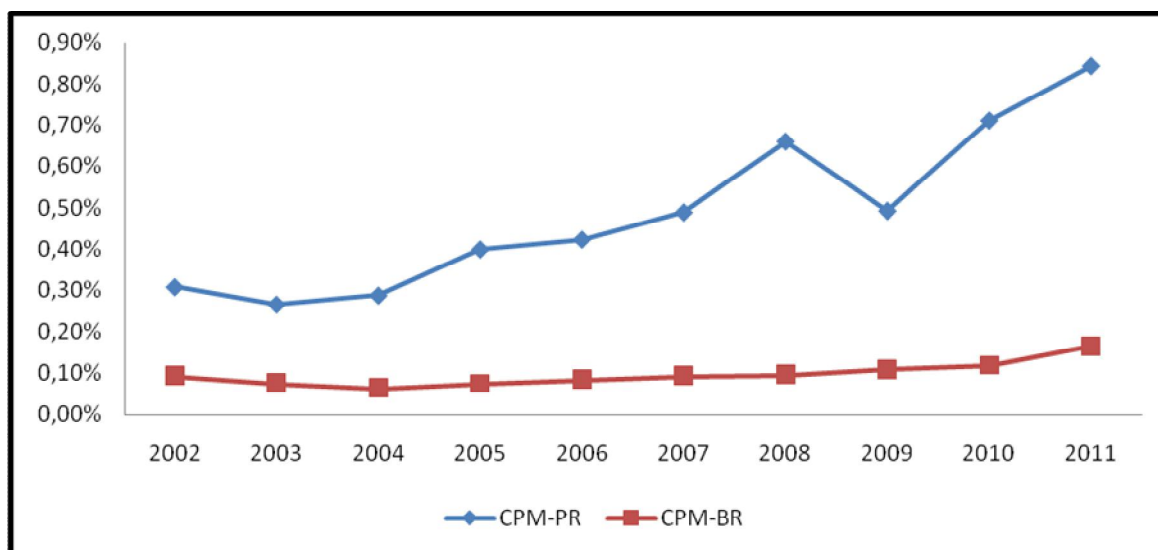


Figura 3 – Coeficiente de Penetração das Importações na indústria de transformação do Paraná e Brasil, de 2002 a 2011

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar da baixa dependência nos dois mercados estudados desse setor industrial, verifica-se que o CPM manteve-se estagnado no período analisado, demonstrando a indiferença dessa indústria quanto aos aspectos macroeconômicos ocorridos nesse período. Referente à indústria de transformação do Paraná, o Coeficiente de Penetração de Importações apresentou tendência de crescimento, apenas com recuo no ano de aprofundamento da crise mundial, evidenciando a elevação da concorrência enfrentada pelas firmas domésticas. Entretanto, o baixo padrão do índice para a indústria de transformação reflete o processo de deterioração desse setor no Paraná, no final de década de 1990 e início dos anos 2000 (CRUZ; NAKABASHI, 2006).

De forma semelhante ao CPM, o Coeficiente de Exportação para a economia paranaense apresentou estagnação nos primeiros períodos de análise com crescimento após o período de 2008, demonstrando maior dependência ao mercado externo. Tais resultados justificam-se pela estabilidade macroeconômica alcançada a partir do Plano Real, pelos aumentos dos fluxos comerciais mundiais a partir da década de 2000 e pelos efeitos positivos pós-crise mundial em alguns mercados. O mercado brasileiro apresentou a mesma tendência do Paraná, entretanto com crescimento menos acentuado do que neste mercado, conforme demonstra a Figura 4.

Os resultados apresentaram-se tanto para a realidade paranaense quanto para a brasileira uma boa perspectiva, pois o país soube transformar em oportunidades os desafios de mercado

enfrentados após esse evento de impacto na economia mundial. Além disso, o país tomou medidas governamentais a fim de atenuar os efeitos da crise. Um exemplo disso, ligado principalmente ao setor industrial, foi a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008, caracterizada como uma ação governamental a fim de impulsionar o desenvolvimento harmônico do setor industrial (CORONEL *et al.*, 2011).

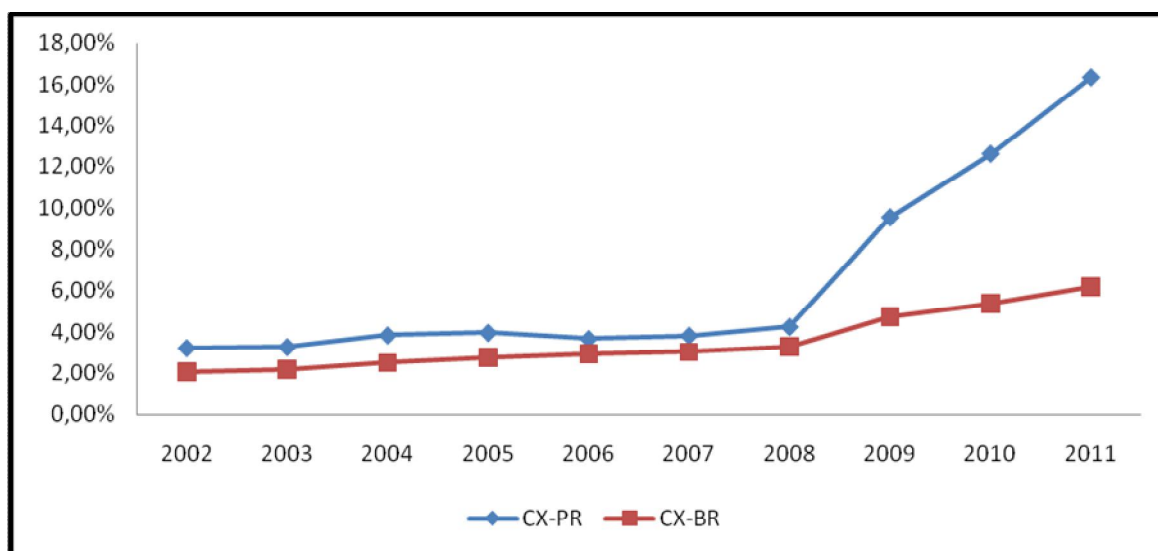


Figura 4 – Coeficiente de Exportações na economia do Paraná e Brasil, de 2002 a 2011
Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de apresentarem diferenças, a desagregação da análise em duas indústrias, Figuras 5 e 6, demonstra que os indicadores não apresentaram uma diminuição da competitividade internacional e participação do setor industrial, tanto na economia paranaense quanto na brasileira. Esses resultados vão ao encontro da hipótese que afirma não haver um processo de desindustrialização no Paraná (CRUZ; NAKABASHI, 2006; WASQUES, 2012).

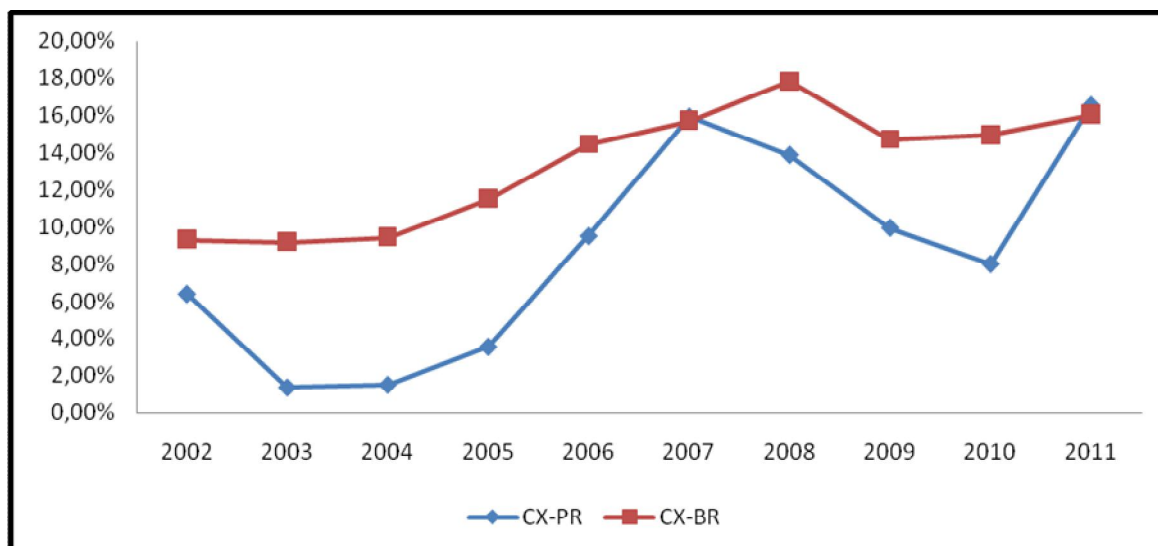


Figura 5 – Coeficiente de Exportações na indústria extrativa do Paraná e Brasil, de 2002 a 2011

Fonte: Elaborado pelos autores.

A indústria extrativa brasileira demonstrou uma orientação ao mercado externo e, portanto, mais vulnerável a choques externos. Apesar de um decréscimo a partir de 2008, esse setor brasileiro obteve um crescimento para o CX. A indústria extrativa do Paraná apresentou algumas oscilações no período de estudo, principalmente com relação ao ano de 2008. Após os decréscimos posteriores a esse período, o setor voltou a apresentar crescimento de sua competitividade via exportações, fator que pode justificar-se pelo incentivo governamental ao fomento industrial por meio da PDP. Os altos valores de CX apresentados corroboram os registros superiores que as indústrias ligadas às atividades minerais e agropecuárias vêm apresentando nos últimos anos. Nesse caso específico, a indústria extrativa brasileira e paranaense apresentam resultados superiores a outros tipos de indústria (SUZUKI JÚNIOR, 2010).

Os resultados da indústria de transformação podem ser visualizados na Figura 6.

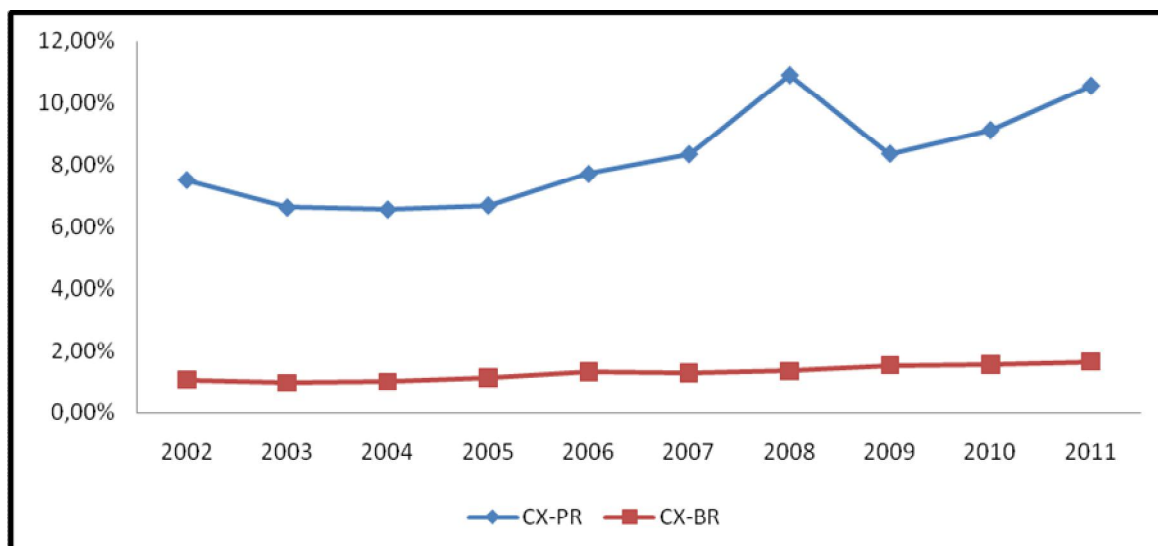


Figura 6 – Coeficiente de Exportações na indústria de transformação do Paraná e Brasil, de 2002 a 2011

Fonte: Elaborado pelos autores.

O mercado brasileiro para essa indústria demonstrou os menores valores de índice, com uma estagnação no período de estudo. Já a indústria de transformação paranaense, como o comportamento geral dos Coeficientes de Exportação do estudo, apresentou crescimento de competitividade até o período que antecede a crise mundial. O crescimento até esse período reflete o processo de expansão desse tipo de indústria durante esse período (CRUZ; NAKABASHI, 2006). Após esse período, o crescimento foi retomado com uma maior dependência desse setor referente ao mercado externo, conforme demonstra o valor do coeficiente (FONSECA; CARVALHO JR.; POURCHET, 2000).

Os resultados de modo geral refletem algumas vantagens comparativas do Brasil e do Paraná. Isso porque houve um aumento da competitividade dessas duas regiões nos mercados analisados expressa pelas participações da indústria. Tal aumento relaciona-se à ampliação da oferta de produtos por esses mercados (HAGUENAUER; FERRAZ; KUPFER, 1996). Esses resultados confirmam as evidências da literatura pela qual não se observa que o Paraná esteja passando por um processo de desindustrialização (CRUZ; NAKABASHI, 2006; WASQUES, 2012).

Apesar desses resultados não demonstrarem haver um processo de desindustrialização no Paraná, algumas medidas devem vir a ser tomadas com o objetivo de garantir um maior grau de competitividade e de eficiência do setor industrial no médio e longo prazo, bem como uma maior inserção dentro do mercado internacional. Dentre essas medidas estão a racionalização da carga tributária, a realização de acordos regionais de comércio e a redução

de determinadas tarifas (BACHA, 2013). Especificamente para o caso paranaense, o setor industrial apresenta alguns desafios a fim de alcançar o desenvolvimento. Dentre esses, está o desafio da incorporação de atividades caracterizadas pelas diversas etapas de transformação, inovação e intensidade tecnológica à sua base produtiva, para o Paraná não perder importância dentro do cenário nacional (SUZUKI JÚNIOR, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo verificar a competitividade da indústria paranaense, bem como das indústrias extrativa e de mineração no período de 2002 a 2011 e fazer um comparativo com a realidade para os mesmos setores do Brasil. O enfoque foi dado para os fluxos comerciais a partir da dinâmica das importações e exportações por meio da construção do Coeficiente de Penetração das Importações e do Coeficiente de Exportações. A análise dos setores específicos buscou captar se os comportamentos das indústrias apresentam semelhanças ou diferenças em comparação à economia como um todo.

É válido destacar que os resultados demonstram um crescimento da competitividade da economia nacional e paranaense no período estudado. Além disso, as duas indústrias estudadas também apresentaram de modo geral aumento da sua competitividade em comparação à economia em geral. Isso evidencia uma ampliação da oferta de produtos das indústrias estudadas, contribuindo para a dinâmica das firmas que as compõem.

A partir desse aumento de participação das indústrias no mercado, não se pode afirmar que o cenário paranaense esteja passando por um processo de desindustrialização. Contudo, algumas oscilações nos comportamentos dos setores devem ser destacadas. Tais instabilidades estão ligadas principalmente à estagnação econômica em períodos iniciais e ao período de crise econômica de 2008, no qual, mesmo que na maioria dos cenários o crescimento tenha sido retomado, a competitividade de alguns setores ainda não alcançou o patamar que possuíam no período anterior à crise.

Dessa maneira, deve haver um cuidado por parte dos empresários e do poder público para que o grau de competitividade e eficiência da indústria seja mantido por períodos extensos de tempo. A partir disso, deve haver uma postura pró-ativa da indústria brasileira e paranaense a fim de que possa ocorrer uma maior inserção do país no comércio internacional.

Não obstante a isso, o trabalho fica limitado a uma análise da competitividade por desempenho, isto é, a partir dos fluxos comerciais. Além disso, o trabalho apresenta a limitação quanto aos setores e localidades estudados. Assim, sugere-se para trabalhos futuros

ampliar o enfoque da competitividade para além do desempenho, englobando questões relacionadas a conceitos macro e de eficiência, além de inserir mais estados e setores a fim de que os resultados possibilitem uma maior variedade de objetos de comparação.

REFERÊNCIAS

ALICEWeb. **Consultas**. Disponível em:

<<http://aliceweb2.desenvolvimento.gov.br//index/home>>. Acesso em: 06 nov., 2013.

BACHA, E. Um plano real para a indústria. **Valor Econômico**, São Paulo, p. 2-16, a. 14, 2013.

BONELLI, R.; PESSOA, S. de A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. **Texto para Discussão nº 7**. Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p.7-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia do Brasil pós-1994. **Análise Econômica**, Porto Alegre, a. 21, n. 40, p. 7-38, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The *value* of the Exchange rate and the Dutch disease. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 3, p 371-387, 2013.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 831-851, 2012.

CNAE – CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. **Estrutura atividades econômicas**. Disponível em:

<http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200%40CNAE%202.0>.

Acesso em: 06 nov., 2013.

CORONEL, D. A.; CAMPOS, A. C.; AZEVEDO, A. F. Z. de.; CARVALHO, F. M. A. de. Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral computável. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 337-365, 2011.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Papirus, 1995.

CRUZ, M. J. V. da; NAKABASHI, L. É possível falarmos em “desindustrialização” no Paraná? **Economia e Tecnologia**, Curitiba, a. 2, v. 5, p. 85-92, 2006.

FERRAZ, J. C.; HAGUENAUER, L.; KUPFER, D. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FONSECA, R.; CARVALHO JR., M. C. de; POURCHET, H. A Orientação Externa da Indústria de Transformação Brasileira após a Liberalização Comercial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 22-38, 2008.

HAGUENAUER, L.; FERRAZ, J. C.; KUPFER, D. S. Competição e Internacionalização na Indústria Brasileira. In: Renato Baumann. (Org). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. 2012a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201204caderno.pdf>. Acesso em: 02 nov., 2013.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná em números**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 06 nov., 2013.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Valor Adicionado Bruto, Participação e Taxa de Crescimento, segundo as Atividades Aconômicas, no Paraná - 2002-2011**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/tab_pib_03.pdf>. Acesso em: 06 nov., 2013.

MARCONI, N.; BARBI, F. **Taxa de câmbio e composição setorial da produção**: sintomas de desindustrialização da economia brasileira. São Paulo: FGV, 2010. (Texto para Discussão, 255).

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PIA-Empresa. PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL – EMPRESA. **Valor Bruto da Produção Industrial**.

Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PK&v=810&z=t&o=22>>. Acesso em: 09 nov., 2013.

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A. R. B.; HORTA, M. E. Indicadores de competitividade das exportações: resultados setoriais para o período 1980/88. **Texto para Discussão nº 257**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1992.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise da indústria e da concorrência. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2002.

ROWHTORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, trade and desindustrialization**. Washington: International Monetary Fund Staff Papers, v. 46, n. 1, 1999.

SCATOLIN, F. D.; CRUZ, M. J. V. da; PORCILE, G.; NAKABASHI, L. Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 105-120, 2007.

SEREIA, V. J.; NOGUEIRA, J. M.; CAMARA, M. R. G. da. As Exportações Paranaenses e a Competitividade do Complexo Agroindustrial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 45-59, 2002.

SLACK, N. **Vantagem competitiva em manufatura**: atingindo competitividade nas operações industriais. São Paulo: Atlas, 1993.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O.; LIMA, J. E. de; CAMPOS, A. C. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 347-372, 2010.

STRACK, D.; AZEVEDO, A. F. Z. de. A doença holandesa no Brasil: Sintomas e efeitos. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 24, p. 68-91, 2012.

SUZUKI JÚNIOR, J. T. As Características do Crescimento Industrial Paranaense. **Nota Técnica IPARDES Nº 5**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010.

WASQUES, R. N. O fenômeno da desindustrialização: uma análise do caso paranaense no período 1990-2010. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 67-76, 2012.